



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2017 (Processo Administrativo nº 23479.009764/2016-26)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, por meio da Divisão de Compras e Serviços - DICS, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, Marabá-PA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 29 de março de 2017

Horário: 09h00min (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e caixas d' água), limpeza e desinfecção de poços, com o fornecimento de produtos químicos bactericidas, bem como a análise bacteriológica e físico-química dos padrões de potabilidade da água consumida nos Campus de Marabá (Unidade I, II e III) e demais Campi nas cidades de Rondon do Pará, São Félix do Xingu, Xinguara e Santana do Araguaia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**
- 1.2. A licitação será em grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo.

Gestão/Unidade: 155928 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Fonte: 112

Programa de Trabalho: 109007

Elemento de Despesa: 339039

PI: M2311G0100R

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
 - 4.2.1. Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3. Também é vedada a participação de:



- 4.3.1. Entidades empresariais estrangeiras;
- 4.3.2. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
 - 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 4.5.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.5.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 4.5.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.6.1. **Valores unitário do item**
 - 5.6.2. **Descrição detalhada do objeto**
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis.
 - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.14. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
- 7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 8.1.1. SICAF;
 - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
 - 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
- 8.4. **Habilitação jurídica:**
- 8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 8.4.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.6. **A título de qualificação econômico-financeira, também deverá ser apresentada certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;**
- 8.7. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.8. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:**
- 8.8.1. Prova de registro ou inscrição da empresa e do Responsável Técnico da licitante no Conselho de classe competente;
- 8.8.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, ou seja, prestação de serviço de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e caixas d' água), limpeza e desinfecção de poços, com o fornecimento de produtos químicos bactericidas, bem como a análise bacteriológica e físico-química dos padrões de potabilidade da água consumida, por meio da apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 8.8.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- 8.8.3. Comprovação de que possui, no mínimo, 01 (um) engenheiro sanitário ou 01 (um) químico em seu quadro permanente de funcionários.



- 8.8.3.1. Os responsáveis técnicos acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- 8.8.4. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, ou
- 8.8.4.1. A vistoria técnica deverá ocorrer até 01 (um) dia útil antes da data do certame, devendo ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com a Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) por meio do telefone: (94) 2101-7183 ou pelo e-mail: dinfra@unifesspa.edu.br.
- 8.8.5. Declaração de visita técnica, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.9. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@unifesspa.edu.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **3 (três) dias úteis**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.
- 8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a planilha de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

- 13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de **60 (sessenta) meses**, conforme disciplinado no contrato.
- 13.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta online ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **5 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 13.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14. DO REAJUSTE

- 14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.



- 17.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I × N × VP**, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- I = (TX)**
- I = $\frac{(6 \div 100)}{365}$**

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 18.1. As sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@unifesspa.edu.br, ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços - DICS, protocolada no Protocolo Central da Unifesspa, no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 20.10.2. ANEXO I-A - Modelo de Declarações Exigidas - Atestado de Capacidade Técnica (ou Declaração);
 - 20.10.3. ANEXO I-B - Termo de Vistoria - Atestado de Visita Técnica;
 - 20.10.4. ANEXO I-C - Planilha de Formação de Preços;
 - 20.10.5. ANEXO I-D - Modelo de Planilha de Coleta de Amostra de Água para Consumo Humano;
 - 20.10.6. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato
 - 20.10.7. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

Marabá-PA, 16 de março de 2017.

Dionesia Pereira da Silva
Pregoeira/Unifesspa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PREGÃO SRP Nº 14/2017
(Processo Administrativo nº 23479.009764/2016-26)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e caixas d'água), limpeza e desinfecção de poços, com o fornecimento de produtos químicos bactericidas, bem como a análise bacteriológica e físico-química dos padrões de potabilidade da água consumida nos Campus de Marabá (Unidades I, II e III) e demais *Campi* nas cidades de Rondon do Pará, São Félix do Xingu, Xinguara e Santana do Araguaia, conforme disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

Devido ao elevado consumo de água e a grande circulação de pessoas nos *Campi* desta Instituição de Ensino Superior, faz-se necessária a limpeza e a manutenção dos reservatórios e poços, bem como a implantação de rotinas de análise e manutenção da qualidade da água ao longo da vigência do contrato.

O abastecimento de água é através do Sistema da Rede Pública e poços, sendo assim, necessitam de controle da proliferação de microorganismos patogênicos existentes na água, bem como nas paredes dos reservatórios, desta forma prevenindo doenças, além de assegurar a higiene e a conservação do ambiente de acordo com a legislação em vigor.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 3.1. Resolução Normativa nº 122, de 09/11/1990 – Conselho Federal de Química;
- 3.2. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011;
- 3.3. Portaria nº 36, de 19 de janeiro de 1990;
- 3.4. ANA – Agência Nacional de Águas. Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras de água, Sedimento, Comunidades Aquáticas e Efluentes Líquidos, aprovado pela Resolução nº 724, de 03/10/2011;
- 3.5. Lei 5.882/94 do Estado do Pará;
- 3.6. Lei nº 10.520 de 17/07/2002;
- 3.7. Lei nº 8.666 de 21/06/1993;
- 3.8. Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 e Decreto nº 5.450, de 31/05/2005;
- 3.9. Instrução Normativa nº 05/MARE, de 21/07/1995;
- 3.10. Decreto nº 2.271, de 07/07/1997;
- 3.11. Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30/04/2008 e suas alterações.

4. SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Será admitido subcontratação dos serviços.

5. DAS LOCALIDADES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. As unidades da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com os seus respectivos endereços, são as constantes do quadro abaixo:

Unidades	Endereços
Unifesspa – Campus Marabá - Unidade I	Folha 31, Qd 07, Lote Especial, s/n, Nova Marabá, CEP 68501-970, Marabá-Pará.
Unifesspa – Campus Marabá – Unidade II	Folha 17, Qd 04, Lote Especial s/n, CEP 68501-970, Marabá-Pará.
Unifesspa – Campus Marabá – Unidade III	Avenida dos Ipês, s/n, Marabá-Pará.



Unifesspa – Campus Marabá – Almoxarifado	Folha 28, Quadra 01, Lotes 25 e 26, CEP 68501-970, Marabá-Pará.
Unifesspa – Campus Santana do Araguaia	Avenida Albino Malzoni nº 234, Bairro Bel Recanto.
Unifesspa – Campus São Félix do Xingu	Travessa Manoel Antônio dos Santos, s/n, Qd 52, Bairro Centro.
Unifesspa – Campus Xinguara	Rua Maranhão s/n, Bairro Centro.
Unifesspa – Campus Rondon do Pará	Rua Rio Grande do Sul, Qd Especial, Lote Especial, Bairro Centro.

5.2. Durante a vigência do contrato, havendo eventual mudança de sede, compatível com as características das sedes atuais, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará informará o novo endereço, ficando a CONTRATADA obrigada a efetuar os serviços contratados no novo imóvel.

6. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A contratada irá executar **mensalmente** a coleta de água para realizar a análise bacteriológica em laboratório credenciado, **quatrimestralmente** a higienização e desinfecção de cada reservatório de água (cisternas e caixas de água) e coleta de água para análise físico-químico e **anualmente** a limpeza e desinfecção dos poços nas localidades relacionadas neste Termo de Referência.

A execução dos serviços acima descritos deverá obedecer a Lei nº 5.882, de 21/12/94 do Estado do Pará. Sempre que possível, ocorrerá sem privar a respectiva distribuição do abastecimento de água, devendo, portanto serem realizados individualmente, **observando sempre as seguintes etapas:**

6.1. ETAPA 1- AGENDAMENTO prévio (telefone, fax ou correio eletrônico) junto ao fiscal designado, representante da CONTRATANTE, com a **antecedência mínima de 07 (sete) dias** úteis. Caberá à CONTRATADA estabelecer junto ao fiscal representante da CONTRATANTE a **antecedência ideal**, baseada no volume total dos reservatórios e no consumo médio diário, de tal forma que sejam possíveis manobras com vistas à **racionalização ao máximo do desperdício de tempo e água durante a limpeza.**

6.2. ETAPA 2 – A EXECUÇÃO da lavagem, higienização, desinfecção, incluindo:

A. Esgotamento total do compartimento por processo de sucção com moto-bomba; considerando-se que, atendida a etapa 1, tal reservatório estará com a capacidade mínima de água;

B. Limpeza das paredes, tetos e pisos com jateamento e escovação interna para retirada total de lodo, detritos, impurezas e outros resíduos acumulados. Usar panos, baldes, esponjas e etc. para remoção dos resíduos e **jamais despejar sujidades na própria rede de água potável**, para evitar entupimentos ou outros danos (bebedouros, chuveiros, válvulas de descarga, entre outros)

C. Higienização e desinfecção através de produto químico bactericida (podendo ser usados: Hipoclorito de sódio (10%), Hipocloreto de sódio (2,5%), cal clorada (25%) ou Hipoclorito de cálcio (70%) granulado a 5g/1000l, a fim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente microorganismos, germes, coliformes, bactérias, etc. Por último se fará o preenchimento com água e a desinfecção final.

6.3. ETAPA 3 – A COLETA de amostras para exames laboratoriais, compreendendo:

A. **Exame de Clorimetria e PH** – Realizado **todo** o trabalho de lavagem dos reservatórios da edificação, a CONTRATADA deverá proceder, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** ao exame de clorimetria e PH, emitindo certificado;

B. **Análise físico-química** – quadrimestralmente a **CONTRATADA** deverá providenciar a coleta de amostra da água para análise físico-química a ser realizada por laboratório credenciado por órgão especializado.

C. **Análise bacteriológica** – Mensalmente a **CONTRATADA** deverá providenciar a coleta de amostra da água para análise microbiológica a ser realizada por laboratório credenciado por órgão especializado.



C.1 O resultado da análise bacteriológica e o padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde deverão atender aos padrões estabelecidos na Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde;

C.2 Quando, após a lavagem do reservatório, forem ainda detectadas contaminações pelo resultado da análise bacteriológica, a CONTRATADA deverá repetir a limpeza e higienização no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da ciência do referido resultado, **repetindo todas as etapas dos itens 6.1, 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência**, sem ônus para a CONTRATANTE a fim de que seja constatada a efetiva potabilidade da água;

C.3 A análise bacteriológica da água será realizada mensalmente nas localidades relacionados neste Termo de Referência.

6.4. ETAPA 4 – A ENTREGA do Laudo de Potabilidade da água ocorrerá em 07(sete) dias.

Concluído o trabalho, a CONTRATADA deverá enviar a Unidade III do Campus de Marabá, o respectivo **Laudo de Potabilidade da água e a respectiva Ordem de Serviço** relativa à higienização, desinfecção, análise bacteriológica e físico-química de acordo com a lei nº 5.882/94 – do Estado do Pará de 21/12/1994. Deverá ainda ser expedido pela CONTRATADA **Atestado de Saneamento**, com validade de 4 (quatro) meses.

7. METODOLOGIA

7.1. Para a execução da limpeza e desinfecção do poço, serão necessárias as seguintes ações:

- Isolamento da área e adoção de procedimentos de segurança previstos para esse tipo de atividade;
- Retirada do sistema de bombeamento, seguido da instalação do sistema de limpeza por ar comprimido *air-lift*.
- Jateamento do revestimento com aplicação de solução desincrustante e posterior remoção do produto desincrustante utilizado;
- Desinfecção do poço e reinstalação do sistema de bombeamento do poço;
- Coleta de amostras de água para análise físico-química e bacteriológica.

A limpeza mecânica por meio de escovamento será realizada com uso de produto desincrustante, previamente adicionado ao poço.

A limpeza mecânica com injeção de ar comprimido - *Air lift*, será realizada utilizando injetor, tubulação de pressão, compressor e mangueira de pressão.

Na limpeza manual será utilizado o produto hexametáfosfato de sódio visando facilitar a desobstrução dos orifícios da parede do tubo geo-mecânico. Ao final o produto utilizado será removido.

7.2. A limpeza e desinfecção das caixas d'água e cisterna serão realizadas conforme procedimento abaixo descrito:

7.2.1 Limpeza

a) Feche o registro de entrada da água na edificação ou gire (ou amarre) a bóia, instalada no interior do reservatório, para interromper o fluxo de entrada de água;

b) Faça uso rotineiro da água contida no reservatório, até que reste na caixa aproximadamente 10 centímetros de nível d'água, que será utilizada no processo de limpeza;

- Se entender mais prático, deixe esvaziar completamente a caixa, abrindo em seguida o registro, ou girando a bóia, até que a caixa acumule novamente cerca de 10 centímetros de água;

- Se considerar necessário, reserve alguns vasilhames ou baldes de água próximo aos locais de uso, para eventuais necessidades mais urgentes, enquanto se efetua a limpeza e higienização, tomando sempre o cuidado de esvaziá-los ao final dos procedimentos, de modo a não permitir ambientes propícios à criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*;

c) Tampe a saída de fundo da caixa com pano limpo ou outro material adequado, de modo a evitar a descida de sujidades, durante a lavagem, para a rede de distribuição predial;

d) Esfregue as paredes da caixa apenas com escova de fibra vegetal ou bucha de fio de plástico macio para remover mecanicamente as sujidades, evitando o uso de sabão, detergentes ou quaisquer outros produtos químicos;

e) Remova a água suja da pré-limpeza com balde, caneco e pano, retirando todo líquido e sujidades da caixa d'água. Não esgote esta água suja pelo fundo da caixa, pois poderá contaminar as tubulações prediais;



f) Mantenha a saída de fundo do reservatório tampado e deixe entrar novamente água até um nível de 10 centímetros.

7.2.2. Higienização

Nesta etapa é necessário o uso de produto químico desinfetante, geralmente cloro (hipoclorito de sódio). Este produto é o mais indicado e seguro, por ser facilmente encontrado no comércio e largamente usado na limpeza domiciliar.

Atente que produtos à base de cloro requerem cuidado no manuseio, pois o cloro é substância corrosiva e irritante, podendo causar queimaduras e outros problemas à saúde se ingerido, inalado ou em contato direto com a pele. Portanto, tenha cuidado com o produto, mantenha afastadas crianças e animais domésticos, seja criterioso na dosagem das misturas e se proteja utilizando os EPI's adequados para manusear produto químico.

Ao limpar a caixa d'água adote os seguintes procedimentos de higienização:

- a) Adicione à água limpa acumulada na caixa o produto sanitizante;
- b) Após adicionar o produto sanitizante na proporção adequada, agite bem a água para homogeneizar a mistura. Com as mãos devidamente protegidas por luva nitrílica cano longo, assim como os pés por bota de borracha e os olhos com óculos de segurança ampla visão, umedeça as paredes da caixa d'água com a solução sanitizante, utilizando brocha ou pano. Repita a operação mais três vezes, em intervalos de meia hora;
- c) Desobstrua a saída de fundo da caixa d'água, esvaziando totalmente o reservatório, e abra torneiras da edificação para eliminar essa água e também desinfetar a rede interna;
- d) Destrave a bóia ou abra o registro do cavalete;
- e) Enxágue as paredes laterais da caixa com a água que está entrando no reservatório;
- f) Após escoar pela rede interna a concentração com água sanitizada, feche as torneiras, tampe a caixa, e faça uso normal da água;
- g) Lembre-se de limpar também a parte interna da tampa antes de fechar a caixa d'água;
- h) Registre a data da limpeza em sua agenda ou na parede externa de própria caixa d'água, de modo a repetir o procedimento em intervalos quadrimestrais.

7.3. Procedimentos para coleta de amostra da água

Instruções gerais

A confiabilidade dos resultados analíticos depende do procedimento adequado de coleta e transporte das amostras. Para tanto, é necessário que sejam seguidas as seguintes orientações:

- a) Todos os frascos utilizados para coleta de amostras são preparados e fornecidos pelos laboratórios que realizam as análises;
- b) Uma coleta normalmente é realizada em vários frascos (ex: frasco com inibidor de cloro estéril/bolsa plástica, frasco plástico, frasco de vidro âmbar, etc.), que fazem parte de uma única amostra, portanto deve ser realizada no mesmo momento e no mesmo ponto de coleta;
- c) Os frascos/bolsas de coleta deverão ser abertos somente no momento de sua utilização, pelo tempo necessário para seu preenchimento, devendo ser fechados imediatamente após a coleta;
- d) A amostra deve ser acondicionada em caixa isotérmica, com gelo reciclável, de forma adequada para que não ocorram perdas durante o transporte. A quantidade de gelo reciclável deve ser o suficiente para manter as amostras refrigeradas entre 3 e 10°C;
- d) O **Formulário de Coleta de água para Consumo Humano (Anexo IV)** deve ser preenchido com todos os dados solicitados, em 3 vias;
- d) Os frascos e o formulário de coleta devem ser identificados com o número do ponto de coleta.

7.3.1 Coleta da amostra

7.3.1.1. Material necessário

- a) frascos de coleta ou bolsa de coleta;
- b) caixa térmica com gelo reciclável;
- c) kit para dosagem de cloro residual livre;
- d) Formulário de Coleta (3 vias para cada ponto de coleta);
- e) caneta esferográfica;
- f) papel toalha;



g) luvas de procedimento.

7.3.1.2. Procedimento de coleta

a) Lavar as mãos e secá-las, se possível utilizar luvas de procedimento;

b) Numerar os frascos e o formulário de coleta correspondente;

c) Abrir a torneira, deixando a água escoar por cerca de 3 minutos ou o tempo suficiente para eliminar a água estagnada na tubulação;

d) Ajustar a abertura da torneira em fluxo baixo de água e coletar o volume necessário para os ensaios.

Para análise bacteriológica: (Deve ser sempre a primeira coleta realizada).

- Utilizando frascos de vidro estéreis com inibidor de cloro: remover a tampa juntamente com o papel protetor do frasco, coletar em torno de 125mL de água. Não encher o frasco até o gargalo, deixar cerca de 2 centímetros para homogeneização da amostra. Fechar o frasco imediatamente após a coleta, fixando bem o papel protetor em volta do gargalo com o barbante.

Tomar os seguintes cuidados: não tocar na parte interna da tampa e do frasco/bolsa plástica; não colocar a tampa no chão ou sobre outra superfície; não falar, tossir ou espirrar próximo ao frasco de coleta.

Para análise físico-química: O frasco para a coleta da amostra deve ser aberto somente no momento da coleta e não deve ser enxaguado. Não utilizar o frasco de coleta quando o mesmo estiver com o prazo de validade expirado.

Proceder à coleta conforme segue abaixo:

a) Utilizar luvas de procedimentos na coleta. As mãos deverão ser higienizadas antes de fazer uso das luvas;

b) Abrir a torneira à meia seção para que fluxo seja pequeno e não ocorram respingos, deixar a água escoar aproximadamente dois a três minutos ou o tempo suficiente para eliminar a água parada no ramal domiciliar;

c) Remover a tampa do frasco, não tocar a parte interna da tampa e tampouco colocar a tampa no chão;

d) encher o frasco com aproximadamente 200 ML de água, não encher até o gargalo para possibilitar sua homogeneização. Não falar e nem tossir próximo ao frasco no momento da coleta;

e) Fechar o frasco imediatamente após a coleta;

f) Identificar adequadamente o frasco e acondicioná-lo na caixa térmica de transporte devidamente refrigerada;

g) Encaminha a amostra ao laboratório no menor tempo possível.

Nota: Realizar a higienização da torneira antes da coleta, utilizando álcool 70% ou solução de hipoclorito de sódio (água sanitária) diluída. Enxaguar bem a torneira após o procedimento, deixar escoar a água por cerca de 3 minutos e realizar a coleta.

7.4. A CONTRATADA deverá emitir **Formulário de Comprovação dos Serviços Executados**, de sua autoria, contendo, além da limpeza e desinfecção do poço, as etapas 1, 2 e 3 previstas no item 6.0 deste Termo de Referência e suas respectivas datas de execução.

Por ocasião da emissão da fatura, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato os formulários supramencionados devidamente assinados pelos respectivos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada Campus, juntamente com cópias dos documentos referentes à análise bacteriológica da água, padrão de potabilidade para substâncias químicas e das respectivas Ordens de Serviço.

7.5. Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela **FISCALIZAÇÃO**, sem ônus para a UNIFESSPA;

7.6. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais da UNIFESSPA;

7.7. Na hipótese de contaminação de um reservatório já limpo, em razão de infiltrações, vazamentos ou por qualquer outra causa (Art. 4º da Lei 5.882/94 do Estado do Pará), **após a CONTRATADA eliminar tais causas**, através da adoção das medidas necessárias, a mesma realizará, novamente, a limpeza e a higienização do reservatório atingido, mesmo já realizado o serviço, observando todos os procedimentos e apresentando todos os documentos pertinentes exigidos;

7.8. Os serviços de higienização e desinfecção dos reservatórios de água serão executados **no período de 4 (quadro) em 4(quadro) meses**, em cada reservatório e caixa d'água, com os requisitos mínimos a serem adotados:

7.8.1 Higienização dos reservatórios com hidrojateamento e/ou escovação;

7.8.2 Pré-cloração;

7.8.3 Coleta e análise bacteriológica da água de consumo;



7.8.4 Distribuição de agente bactericida (hipoclorito de cálcio com 65% de cloro ativo) com monitoramento do cloro residual e pH;

7.8.5 Todos os serviços deverão estar em consonância com o disposto na **Lei Estadual nº 5.882/94 e Portaria nº 518/94 do Ministério da Saúde.**

8. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

8.1. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá:

8.2.1 Empregar produtos de limpeza que sejam de boa qualidade, inócuos à Saúde Humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente; não sendo ainda admissível a aplicação de materiais que causem danos aos reservatórios;

8.2.2 Identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes à Contratante ou terceiros.

9. DA HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

A empresa deverá atender todas as NR – Normas Regulamentadoras e ABNT – NBR aplicáveis as atividades, além de garantir que os trabalhadores que executarão os serviços de limpeza e desinfecção bacteriológica dos reservatórios de água e poços estejam convenientemente vestidos, devidamente identificados com crachá da empresa e portando equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme normas e padrões oficiais vigentes, tais como: botas de borracha (de utilização exclusiva para o interior dos reservatórios de água potável), luvas de borracha cano longo, respirador, capacete, óculos ampla visão, vestimenta de proteção descartável, cinturão de segurança com talabarte duplo em Y, ancorado em ponto de apoio independente das estruturas dos reservatórios (linha de vida ou similar), disponibilizada pela CONTRATADA, observando, o preceituado na Norma Regulamentadora 35.

10. VALORES ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

10.1 Para os serviços de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e caixas d'água), limpeza e desinfecção de poços, com o fornecimento de produtos químicos bactericidas, bem como a análise bacteriológica e físico-química dos padrões de potabilidade da água, o valor máximo da contratação está estimado em R\$ 70.294,50 (setenta mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), conforme descrição do objeto na tabela abaixo.

10.2 Os itens que compõem o presente Termo de Referência serão agrupados da seguinte forma:

10.2.1 Serviços de higienização e desinfecção dos reservatórios (caixas d'água):

GRUPO 1 - Serviços de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios (caixas d'água)							
Item	Serviços	Local de execução do serviço	Qtd de Caixas D'água	Capacidade das caixas D'água	Execução dos serviços	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
1	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade I	1	7.000 L	Quadrimestral	R\$ 495,00	R\$ 1.485,00
2	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	16.000 L	Quadrimestral	R\$ 778,33	R\$ 2.335,00
3	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	500 L	Quadrimestral	R\$ 258,33	R\$ 775,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

4	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	2	1.000 L	Quadrimestral	R\$ 348,33	R\$ 2.090,00
5	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	5.000 L	Quadrimestral	R\$ 415,00	R\$ 1.245,00
6	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	20.000 L	Quadrimestral	R\$ 908,33	R\$ 2.725,00
7	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	36.400 L	Quadrimestral	R\$ 1.275,00	R\$ 3.825,00
8	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	15.000 L	Quadrimestral	R\$ 731,67	R\$ 2.195,00
9	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	1	15.000 L	Quadrimestral	R\$ 731,67	R\$ 2.195,00
10	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	2	500 L	Quadrimestral	R\$ 258,33	R\$ 1.550,00
11	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	1.000 L	Quadrimestral	R\$ 348,33	R\$ 1.045,00
12	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	5.000 L	Quadrimestral	R\$ 415,00	R\$ 1.245,00
13	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	36.400 L	Quadrimestral	R\$ 1.208,33	R\$ 3.625,00
14	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Xinguara	2	1.000 L	Quadrimestral	R\$ 348,33	R\$ 2.090,00
15	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	São Félix do Xingu	1	1.000 L	Quadrimestral	R\$ 681,67	R\$ 2.045,00
16	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Santana do Araguaia	2	500 L	Quadrimestral	R\$ 491,67	R\$ 2.950,00
Total do GRUPO 1							R\$ 33.420,00



10.2.2 Serviços de higienização e desinfecção dos reservatórios (cisternas):

GRUPO 2 - Serviços de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios (cisternas)							
Item	Serviços	Local de execução do serviço	Qtd de Caixas D'água	Capacidade dos Reservatórios	Execução dos serviços	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
17	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade I	1	14.000 L	Quadrimestral	R\$ 533,33	R\$ 1.600,00
18	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	20.000 L	Quadrimestral	R\$ 783,33	R\$ 2.350,00
19	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	1	7.000 L	Quadrimestral	R\$ 495,00	R\$ 1.485,00
20	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	1	5.340 L	Quadrimestral	R\$ 478,33	R\$ 1.435,00
21	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	25.580 L	Quadrimestral	R\$ 1.033,33	R\$ 3.100,00
Total do GRUPO 2							R\$ 9.970,00

10.2.3 Serviços de higienização e desinfecção dos poços:

GRUPO 3 - Serviços de Higienização e Desinfecção dos Poços						
Item	Serviços	Local de execução do serviço	Qtd de Poços	Execução dos serviços	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
22	Higienização e desinfecção de poço, com aplicação de hipoclorito de sódio (10%)	Marabá Unidade I	1	Anual	R\$ 2.167,25	R\$ 2.167,25
23	Higienização e desinfecção de poço, com aplicação de hipoclorito de sódio (10%)	Marabá Unidade III	1	Anual	R\$ 2.867,25	R\$ 2.867,25
Total do GRUPO 3						R\$ 5.034,50

10.2.4 Coleta e análise Bacteriológica da água de consumo.

GRUPO 4 - Coleta e Análise Bacteriológica da Água de Consumo								
Item	Serviços	Tipo de Abastecimento	Local de Execução do Serviço	Ponto de Coleta	Periodicidade	Tipo de Análise	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

24	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Marabá Unidade I	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 213,33	R\$ 2.560,00
25	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Marabá Unidade II	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 213,33	R\$ 2.560,00
26	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Marabá Unidade III	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 213,33	R\$ 2.560,00
27	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Rondon do Pará	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
28	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Xinguara	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
29	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	São Félix do Xingu	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
30	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Santana do Araguaia	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
Total do GRUPO 4								R\$ 18.720,00

10.2.5 Coleta e análise físico-química da água de consumo.

GRUPO 5 - Coleta e Análise Físico-química da Água de Consumo								
Item	Serviços	Tipo de Abastecimento	Local de Execução do Serviço	Ponto de Coleta	Periodicidade	Tipo de Análise	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

31	Análise Físico-química da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade da água.	Poços	Marabá Unidade I	01 ponto de consumo + 01 ponto na saída do tratamento	Quadrimestral	Físico-química	R\$ 350,00	R\$ 1.050,00
32	Análise Físico-química da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade da água.	Poços	Marabá Unidade III	01 ponto de consumo + 01 ponto na saída do tratamento	Quadrimestral	Físico-química	R\$ 350,00	R\$ 1.050,00
33	Análise Físico-química da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade da água.	Poços	São Félix do Xingu	01 ponto de consumo + 01 ponto na saída do tratamento	Quadrimestral	Físico-química	R\$ 350,00	R\$ 1.050,00
Total do GRUPO 5								R\$ 3.150,00

10.8. As análises bacteriológicas deverão ser realizadas mensalmente em 1 (um) ponto de consumo de água em todas as localidades relacionada neste Termo de Referência que recebem água direcionada da rede de abastecimento de água do município. Nas localidades onde o abastecimento de água é através de poços, deverá ser realizada quadrimestralmente uma análise físico-química em 1 (um) ponto de consumo mais 1 (um) ponto na saída do tratamento.

Observações:

Para Rede Pública/Solução Alternativa (Poço/Nascente) é obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/l de cloro residual livre ou 2,0 mg/l de cloro residual combinado ou 0,2 mg/l de dióxido de cloro em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede), conforme estabelecido pela legislação em vigor.

11. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

11.1 Para aceitabilidade das propostas apresentadas, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

11.1.1 Certidão de Registro do Responsável Técnico da empresa, bem como da própria empresa junto ao conselho de classe competente;

11.1.2 Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante executado satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto;

11.1.3 Comprovação de que possui, no mínimo, 01(um) engenheiro sanitário ou 01(um) químico em seu quadro permanente de funcionários.

11.2 No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

11.2.1 Alvará de funcionamento (municipal) atualizado, emitido pela autoridade competente;

11.2.2 Licença de Operação emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA ou Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA;

11.2.3 Licença de Funcionamento, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde – SESMA.

12. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

12.1. A CONTRATADA irá executar **quadrimestralmente** a lavagem, higienização e desinfecção de cada reservatório de água existente nos locais relacionados neste termo de referência, bem como coletar **mensalmente** as amostras de água para realizar as análises Bacteriológica e **quadrimestralmente** realizar análises Físico-química da água nas localidades onde o abastecimento seja através de poços.



12.2. A garantia para cada lavagem, higienização, desinfecção será de 04 (quatro) meses.

12.3. A CONTRATADA irá executar, uma vez ao ano, limpeza e desinfecção de poço, com aplicação de Hipoclorito de Sódio (10%). A garantia para este serviço será de 12 (doze) meses.

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

13.1 Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

13.2 Só poderão ser aceitos os serviços que forem realizados na presença do fiscal do contrato ou outro representante legal da CONTRATANTE.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;

14.2 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no instrumento convocatório;

14.3 Fiscalizar os serviços objeto deste contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências estipuladas no presente instrumento;

14.4 Não promover ou aceitar o desvio de função dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Designar preposto na data da assinatura do contrato, informando seu telefone e email, preferencialmente um Engenheiro Sanitarista ou Químico, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores (art. 68 da Lei 8.666/93). Em caso de qualquer necessidade este profissional reportar-se-á diretamente ao Fiscal do Contrato e vice-versa.

15.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

15.3. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

15.4. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer funcionário das dependências da UNIFESSPA, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;

15.5. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos **Equipamentos de Proteção Individual – EPI**;

15.6. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

15.7. **Apresentar Relatório Mensal dos Serviços**, juntamente com a(s) nota (s) fiscal (is) do respectivo mês de execução do serviço, informando, discriminadamente:

15.7.1 Locais, datas e horários de início e conclusão das tarefas, atestando o cumprimento dos prazos previstos no Cronograma Físico, mediante a apresentação do formulário.

15.7.2 As condições dos reservatórios tratados (estrutura, ferragem, impermeabilizações, instalações hidráulicas, etc).

15.8. Submeter à Secretaria de Infraestrutura, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, o cronograma anual de limpeza dos reservatórios, poços e coletas das anostas de água para as análises.

15.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

15.10. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes.

15.11. Cumprir rigorosamente toda legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente os referentes à segurança e a medicina do trabalho.

15.12. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.



15.13. Responder nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual - EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

15.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato.

15.15. Realizar os serviços objeto desta contratação, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

15.16. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

15.17. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

15.18. Usar produtos que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade e embalagens originais de fábrica ou de comercialização que não causem danos a pessoas ou a itens objeto desta contratação.

15.19. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE ou ao servidor designado, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

15.20. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e obrigações sociais previstos nas legislações em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

15.21. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

15.22. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

15.23 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

15.23.1 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

15.23.2 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.500, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.1.6. Não manter a proposta.

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



16.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

16.2.4 Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos.

16.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que.

16.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer praticados tributos.

16.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetos da licitação.

16.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4 A aplicação de multa não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas nas Lei 8.666/93 e nº 10.520/2002.

16.4.1 O valor das multas aplicadas será descontado dos créditos que a Contratada possuir com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

16.4.2 Inexistindo créditos a descontar, será emitida Guia de Recolhimento da União tendo como recolher a Contratada, para pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias.

16.4.3 Caso a Contratada não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

16.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a lei 9.784/1999.

16.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

16.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, nos termos do art. nº 67 da lei 8.666/93, devendo para isso:

17.2. Fiscalizar a execução dos serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes neste Termo de Referência;

17.3. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

17.4. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial atestar faturas, aplicação das sanções, alterações e repactuações do contrato;

17.5. Anotar em registro próprio as ocorrências de qualquer natureza verificadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizá-las, inclusive notificando a CONTRATADA;

17.6. Encaminhar à autoridade superior proposta de rescisão de contrato, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejem a adoção dessa medida ou de outras constantes do contrato, garantida a ampla defesa à Contratada;

17.7. Sustar os pagamentos das faturas, no caso de infração pela CONTRATADA de qualquer dispositivo contratual;



17.8. Reportar-se somente aos responsáveis designados pela CONTRATADA, sendo vedado o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA;

17.9. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

17.10. Solicitar à contratada a substituição de qualquer produto químico ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;

17.11. A fiscalização exercida pela administração não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por quaisquer irregularidades, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância a corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o artigo 70 da lei 8.666/93.

18. CONDIÇÕES GERAIS

18.1. A CONTRATADA assumirá responsabilidade integral e exclusiva pelos serviços contratados, bem como, responder por todas as atividades decorrentes da prestação de serviços objeto do Contrato nos termos do Código Civil Brasileiro.

18.2. A CONTRATADA deverá comprovar o registro da empresa na entidade profissional competente, no caso, no Conselho Regional de Engenharia e declarar o nome do responsável técnico pelo contrato.

18.3. De acordo com a Lei Estadual 5.882/94, os prestadores dos serviços de higienização e desinfecção dos reservatórios prediais de água, previstos na referida Lei, deverão manter, obrigatoriamente, para serem credenciados pela autoridade sanitária, no mínimo, 1(um) engenheiro sanitário ou 1 (um) químico.

18.4. Todos os empregados da CONTRATADA deverão trabalhar devidamente uniformizados, portando "crachás" de identificação.

18.5. A empresa fornecerá gratuitamente os uniformes e EPI's dos seus empregados.

18.6. Na falta do empregado ao serviço ficará a CONTRATADA obrigada a providenciar de imediato sua substituição, sem qualquer ônus adicional a Contratante.

19. VISTORIA

19.1 Com o objetivo de inteirar-se das condições, do grau de dificuldade existente, bem como outras peculiaridades existentes para a realização de serviços de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e caixas d'água), limpeza e desinfecção de poços, com o fornecimento de produtos químicos bactericidas, bem como a análise bacteriológica e físico-química dos padrões de potabilidade da água consumida para os campi da Unifesspa, será facultada a empresa a realização de vistoria no local de execução dos serviços.

19.2 Na possibilidade da empresa optar por não realizar a visita técnica, esta deverá apresentar, no momento da habilitação, declaração de que tem pleno conhecimento de todos os elementos necessários ao cumprimento da obrigação do objeto da licitação.

19.3 Em nenhuma hipótese o licitante poderá alegar desconhecimento das condições existentes para a elaboração da Proposta, bem como a forma de execução dos serviços discriminados neste Termo de Referência.

19.4 A visita para a realização de vistoria ao local onde serão executados os serviços deverá ser acompanhada por servidor designado para este fim, devendo ser previamente agendada, até o ultimo dia anterior à data fixada para a abertura da licitação, através número 2101-7183 (Secretaria de Infraestrutura).

19.5 Para a vistoria, o licitante ou seu representante deverá estar devidamente identificado.

20. ANEXOS

20.1 São partes integrantes do presente Termo de Referência os seguintes anexos:

20.1.1. Anexo I – Modelo de Declarações Exigidas - Atestado de Capacidade Técnica (ou Declaração);

20.1.2. Anexo II – Termo de Vistoria - Atestado de Visita Técnica;

20.1.3. Anexo III – Planilha de Formação de Preços;

20.1.4. Anexo IV - Modelo de Planilha de Coleta de Amostra de Água para Consumo Humano.





ANEXO I-A – MODELO DE DECLARAÇÕES EXIGIDAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (OU DECLARAÇÃO)

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a)
_____, executa (ou executou) serviços de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e
caixas d'água), limpeza e desinfecção de poços e análise microbiológica e físico-química de água para este órgão (ou
para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos
satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

- 1) Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor; e
- 2) O atestado deverá estar visado pelo respectivo órgão fiscalizador.



ANEXO I-B - TERMO DE VISTORIA

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Pelo presente instrumento, a Secretaria de Infraestrutura da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará **ATESTA**, para fins de participação do processo licitatório acima identificado, que a Empresa, realizou a visita técnica para conhecimento da infraestrutura institucional que será o local de realização dos serviços de higienização e sanitização dos reservatórios (cisternas e caixas d'água), limpeza e desinfecção de poços e análise microbiológica e físico-química de água.

Firmam este documento, as partes envolvidas.

Marabá, em ____ de _____ de 2017.

Pela Entidade de Licitação

Pela Empresa



ANEXO I-C – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Serviços de higienização e desinfecção dos reservatórios (cisternas e caixas d'água)

Grupo 1: Serviços de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios (caixas d'água)

GRUPO 1 - Serviços de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios (caixas d'água)							
Item	Serviços	Local de execução do serviço	Qtd de Caixas D'água	Capacidade das caixas D'água	Execução dos serviços	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
1	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade I	1	7.000 L	Quadrimestral		
2	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	16.000 L	Quadrimestral		
3	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	500 L	Quadrimestral		
4	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	2	1.000 L	Quadrimestral		
5	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	5.000 L	Quadrimestral		
6	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	20.000 L	Quadrimestral		
7	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	36.400 L	Quadrimestral		
8	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	15.000 L	Quadrimestral		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

9	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	1	15.000 L	Quadrimestral		
10	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	2	500 L	Quadrimestral		
11	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	1.000 L	Quadrimestral		
12	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	5.000 L	Quadrimestral		
13	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	36.400 L	Quadrimestral		
14	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Xinguara	2	1.000 L	Quadrimestral		
15	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	São Félix do Xingu	1	1.000 L	Quadrimestral		
16	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Santana do Araguaia	2	500 L	Quadrimestral		
Total do GRUPO 1							

Grupo 2: Serviços de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios (cisternas)

GRUPO 2 - Serviços de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios (cisternas)							
Item	Serviços	Local de execução do serviço	Qtd de Caixas D'água	Capacidade dos Reservatórios	Execução dos serviços	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
17	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade I	1	14.000 L	Quadrimestral		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

18	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade II	1	20.000 L	Quadrimestral		
19	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	1	7.000 L	Quadrimestral		
20	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Marabá Unidade III	1	5.340 L	Quadrimestral		
21	Higienização e desinfecção com fornecimento de produto químico bactericida.	Rondon do Pará	1	25.580 L	Quadrimestral		
Total do GRUPO 2							

Grupo 3: Serviços de Higienização e Desinfecção dos Poços

GRUPO 3 - Serviços de Higienização e Desinfecção dos Poços						
Item	Serviços	Local de execução do serviço	Qtd de Poços	Execução dos serviços	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
22	Higienização e desinfecção de poço, com aplicação de hipoclorito de sódio (10%)	Marabá Unidade I	1	Anual		
23	Higienização e desinfecção de poço, com aplicação de hipoclorito de sódio (10%)	Marabá Unidade III	1	Anual		
Total do GRUPO 3						

Grupo 4: Coleta e Análise Bacteriológica da Água de Consumo

GRUPO 4 - Coleta e Análise Bacteriológica da Água de Consumo								
Item	Serviços	Tipo de Abastecimento	Local de Execução do Serviço	Ponto de Coleta	Periodicidade	Tipo de Análise	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
24	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Marabá Unidade I	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

25	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Marabá Unidade II	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		
26	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Marabá Unidade III	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		
27	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Rondon do Pará	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		
28	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Xinguara	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		
29	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	São Félix do Xingu	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		
30	Análise Bacteriológica da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade de água.	Sistema/Rede Pública e Poços	Santana do Araguaia	01 ponto de consumo	Mensal	Bacteriológica		
Total do GRUPO 4								

Grupo 5: Coleta e Análise Físico-química da Água de Consumo

GRUPO 5 - Coleta e Análise Físico-química da Água de Consumo								
Item	Serviços	Tipo de Abastecimento	Local de Execução do Serviço	Ponto de Coleta	Periodicidade	Tipo de Análise	Valor Médio Unitário do serviço (R\$)	Valor Total Estimado do serviço (R\$)
31	Análise Físico-química da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade da água.	Poços	Marabá Unidade I	01 ponto de consumo + 01 ponto na saída do tratamento	Quadrimestral	Físico-química		



32	Análise Físico-química da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade da água.	Poços	Marabá Unidade III	01 ponto de consumo + 01 ponto na saída do tratamento	Quadrimestral	Físico-química		
33	Análise Físico-química da água de consumo, com emissão de laudo para potabilidade da água.	Poços	São Félix do Xingu	01 ponto de consumo + 01 ponto na saída do tratamento	Quadrimestral	Físico-química		
Total do GRUPO 5								



ANEXO I-D DO TERMO DE REFERÊNCIA

Modelo de Planilha de Coleta de Amostra de Água para Consumo Humano

FICHA DE COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA PARA ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA									
Município:			Responsável pela coleta:		Data da coleta: ____/____/____		Entrada no laboratório: ____ (hora)		
Ordem	Número da amostra ¹	Endereço e local da coleta	Ponto de coleta ²	Nome do sistema ³	Origem da água ⁴	CRL	Horário da coleta	Análise solicitada ⁵	Observação:

Notas: ¹A ser preenchido pelo laboratório; ² cavalete, torneira, bebedouro, direto do manancial, etc.; ³ nome do sistema e/ou solução alternativa de abastecimento de água; ⁴SAA – sistema de abastecimento de água; SAC – solução alternativa coletiva (caminhão pipa, etc.) ou SI – solução individual; ⁵MIC – microbiologia; FQ – físico-química; F – flúor ou outra determinação específica.



ANEXO II

CONTRATO Nº/2017
(Processo Nº 23479.009764/2016-26)
Pregão Eletrônico SRP nº 14/2017

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA E A EMPRESA

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – Unifesspa**, Autarquia Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada no Campus Universitário, à Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n, Bairro Nova Marabá, CEP 68501-970, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo Magnífico Reitor, Prof. Dr. **MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**, designado Decreto do Ministério da Educação, de 15 de setembro de 2016, publicado no DOU, na pg. 1, Seção nº 2, em 16 de setembro de 2016, portador do CPF nº.185 819 432-68, e CI nº. 1523205, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23479.009764/2016-26 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 14/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS (CISTERNAS E CAIXAS D' ÁGUA), LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE POÇOS, COM O FORNECIMENTO D PRODUTOS QUÍMICOS BACTERICIDAS, BEM COMO A ANÁLISE BACTERIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA DOS PADRÕES DE POTABILIDADE DA ÁGUA CONSUMIDA NOS CAMPUS DE MARABÁ (UNIDADE I, II E III) E DEMAIS CAMPIS NAS CIDADES DE RONDON DO PARÁ, SÃO FÉLIX DO XINGU, XINGUARA E SANTANA DO ARAGUAIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;



- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total de R\$.....(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



Marabá, de de 2017.

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Reitor da Unifesspa
P/ CONTRATANTE

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG:
CPF:

RG:
CPF:



ANEXO III

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

REFERÊNCIA: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23479.009764/2016-26

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

1. Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico em referência, a _____ (Nome da Licitante) _____, CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, apresenta proposta de preços relativo ao(s) GRUPO(S) _____, abaixo especificado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, e nas condições que seguem:

Grupo	Item	Descrição do serviço	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total do GRUPO XX (R\$)					

2. O prazo de validade da proposta de preços de preços é de ____ (_____) dias, contados da data da abertura da licitação.
3. Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, nada mais sendo válido pleitear a esse título.
4. Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2017, inclusive as fixadas para pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e desde que efetuado o "atesto" por servidor competente, na Nota Fiscal – Fatura apresentada.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF _____
Telefone: _____ E-mail: _____
V. Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____
CPF: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

Local e Data.

Assinatura